



Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Sociologia
Laboratório Didático - USP Ensina Sociologia

O Presidencialismo de Coalizão

Autor: Erik Akio Higaki

1º. Semestre de 2019

Roteiro de Atividades Didáticas

Atividades Didáticas - Quadro Geral

Atividade 01: Os Poderes da República e os Entes da Federação: Instituições e Atores

Atividade 02: Entendendo a origem da regra do jogo: a Constituição de 1988

Atividade 03: O Sistema Político Brasileiro: Presidencialismo de Coalizão

Atividade 04: Avaliação: Analisando fatos históricos por manchetes de jornais

Público: Alunos do ensino médio de escolas públicas e privadas.

Resumo: As escolhas institucionais consolidadas na Constituição de 1988 - considerada um texto incomum - iniciaram novas dinâmicas no processo decisório da Presidência da República e nas relações entre a maioria e a minoria no governo. A compreensão das principais características, do funcionamento e da operação do sistema político brasileiro configurado após a abertura política e a transição democrática - denominado, por Sérgio Abranches, de "Presidencialismo de Coalizão" - é fundamental para entender questões políticas atuais. As quatro atividades, descritas a seguir, foram elaboradas para introduzir noções básicas do sistema político brasileiro no ensino médio.

Justificativa: A imprensa divulga, diariamente, uma variedade de notícias sobre os efeitos da atual crise política, reformas constitucionais, negociações entre o presidente da República e o Congresso e conflitos políticos-partidários. As pautas se baseiam, em

grande parte, nas dinâmicas do sistema político brasileiro. As atividades visam, portanto, introduzir características e conceitos do denominado “Presidencialismo de Coalizão”, perpassando por outros temas, como a Constituição de 1988, e estimular a reflexão sobre questões atuais.

Objetivo: As atividades propostas neste repertório trilham conteúdos relacionados ao atual sistema político brasileiro. Para isso, no entanto, são colocados desafios e reflexões sobre o funcionamento das principais instituições brasileiras e os entraves instituídos pela Constituição de 1988. Ao fim da última atividade, é esperado que o aluno tenha aprendido as noções básicas sobre as principais características do Presidencialismo de Coalizão e consiga compreender alguns problemas políticos atuais à luz das dinâmicas do sistema político.

Metodologia: Os conteúdos explorados nas aulas de Sociologia no ensino médio não devem se resumir a uma transposição de referências bibliográficas da academia. Dessa forma, é importante a utilização de recursos didáticos diversificados e que envolvam, do modo mais intenso possível, a participação do aluno. Este repertório didático, para abordar o tema Presidencialismo de Coalizão, perpassa desde assuntos mais gerais sobre o funcionamento das principais instituições brasileiras e seus atores até os atributos do sistema político brasileiro. Para isso, as atividades propõem a utilização de jogos, vídeos, gráficos, jornais e trechos de artigos acadêmicos.

Duração: 3,3 horas (4 aulas de 50 minutos).

ATIVIDADE 01 (1ª. aula)

Os Poderes da República e os Entes da Federação: Instituições e Atores

A primeira aula será dedicada, integralmente, a um jogo de adivinhação e desafios. O jogo, elaborado pelo Fast Food da Política, consiste em um tipo de quebra cabeça que combina os três poderes da República (Legislativo, Executivo e Judiciário) e os três entes da federação (União, Estado e Município). O aluno, ao final do jogo, terá

aprendido quem são os representantes de cada Poder nos diversos níveis da federação e quais são as suas atribuições, de acordo com a Constituição Federal de 1988.

1) Método: Aplicação do jogo “Cargos e Cargas”, do Fast Food da Política. O jogo pode ser baixado gratuitamente pela internet. A confecção das peças do jogo é simples e acessível: o professor precisará apenas de algumas impressões coloridas, cola e tesoura. Após confeccionadas, as peças poderão ser reutilizadas em outras aulas.

2) Endereço Eletrônico:

<http://fastfooddapolitica.com.br/projetos/baixenossosjogosclassicos/>

Após o preenchimento de um breve formulário, o site iniciará o download de dois arquivos em PDF: (I) o manual; (II) e as peças do jogos. O jogo “Cargos e Cargas” está localizado a partir da página 35 do manual e da página 01 do arquivo de peças do jogo.

3) Descrição: A sala deverá ser separada em grupos de até 07 pessoas. Para cada grupo, o professor deverá providenciar um jogo do “Cargos e Cargas” e um manual.

Antes de explicar as regras do jogo, o professor deverá ler, juntamente com os grupos, o breve texto indicado no manual, nas páginas 35 e 36:

Trecho 01

“Para começar, o que são... As Esferas de Governo?”

A República Federativa do Brasil tem um enorme território e, com as grandes diferenças regionais, precisa repartir tarefas entre diversos entes, um desafio na busca pelo equilíbrio e igualdade. Assim, a administração do Estado brasileiro é dividida em três níveis de governo: federal, estadual e municipal. Todos os estados (incluindo o Distrito Federal) e os municípios são membros da Federação – estes últimos a partir da Constituição de 1988 – e, assim, tem suas administrações com diferentes níveis de autonomia, cujos limites determinam os assuntos que podem ser tratados por cada Poder - falaremos de cada um deles a seguir. Não há hierarquia entre os diferentes níveis de governo e, ao contrário do que muitos imaginam, o Presidente da República não manda nos Governadores, que também não mandam nos Prefeitos. No Brasil, existem 26 estados membros, um Distrito Federal e 5.570 municípios, cada um com um chefe do Executivo e parlamentares.

Para trabalharem juntos, foi firmado o Pacto Federativo, que é uma aliança política e administrativa entre União, estados, DF e municípios em que se estabelecem funções, direitos e deveres de cada um. A União tem responsabilidade sobre temas de interesse nacional, os estados atuam em

áreas de interesse regional e cabem aos municípios os assuntos locais. O Distrito Federal acumula competências tanto dos estados como dos municípios. (...)

Nível Federal: ou União, refere-se ao país como um todo. Nível Estadual: refere-se à divisão do território por estados, no Brasil, temos 26 estados (como Amapá, Rondônia, São Paulo etc). Nível Municipal: refere-se aos municípios (ou cidades), o Brasil é o único país do mundo que reconhece os municípios como unidades federativas.

E os Três Poderes?

A iniciativa de separação dos poderes surgiu com Aristóteles (384 a.C - 322 a.C.), que enxergou a necessidade da divisão do poder do Estado em mais de um cargo ou instituição para evitar abusos dos representantes em relação aos indivíduos e para que a sociedade fosse mais equilibrada. O modelo de divisão do poder em 3 diferentes estruturas (Legislativo, Executivo e Judiciário), o que vivemos atualmente, foi sugerido por Montesquieu (1689-1755) e é uma cláusula pétrea da Constituição Brasileira: “Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário” (Fast Food da Política, pp. 35 e 36).

A leitura do trecho 01 e a explicação das regras dos jogos deverão ser concluídas em 15 minutos.

As peças do jogo formam nove espaços de intersecção entre os três Poderes da República e os três Entes da Federação. Na primeira etapa, que deverá durar até 15 minutos, os grupos deverão montar o quebra-cabeça encaixando as partes brancas, referente aos cargos, de acordo o Poder e o nível. Na segunda etapa, de até 15 minutos, com os cargos revelados, os alunos deverão descobrir quais são as cargas (responsabilidades) de cada um.

O gabarito encontra-se na página 43 do manual.

4) Recurso Didático: jogo “Cargos e Cargas”, do Fast Food da Política.

ATIVIDADE 02 (2ª. aula)

Entendendo a origem da regra do jogo: a Constituição de 1988

Arantes e Couto (2009) realizaram, na Constituição de 1988 e de outros países, a contagem de dispositivos classificados em dois conceitos: Polity, que são as (1) "Definições de Estado e Nação; (2) Direitos individuais de liberdade e de participação

política; (3) Regras de jogo e (4) Direitos materiais orientados para o bem-estar e igualdade" (Arantes & Couto, 2009, pp. 26)"; e policy, que refere-se às políticas públicas. O esperado é que uma constituição de um país democrático qualquer tenha, predominantemente, dispositivos classificados como polity, que são os atos normativos que definem a "regra do jogo". A policy, portanto, deve ser exceção em um texto constitucional. No entanto, os autores constaram que a Constituição de 1988 possui 30,5% de policy em seu texto: é a maior proporção de todos os países analisados. Por isso, Arantes e Couto afirmam que a Constituição brasileira é incomum.

Os efeitos desse aspecto incomum da Constituição Cidadã geram a necessidade de constantes reformas constitucionais, para possibilitar o início de uma nova agenda política - o que impacta, diretamente, o sistema político brasileiro. É comum, por exemplo, que a cada início de mandato o presidente da República anuncie uma série de mudanças na Constituição, para garantir que consiga implementar a sua plataforma política, escolhida na eleição. Uma reforma constitucional, no entanto, exige a maioria qualificada no Congresso Nacional. Sendo assim, os entraves para uma coalizão governista são maiores, pois o presidente precisa construir, por meio de suas prerrogativa e da barganha, uma super-maioria.

Método: Exibição do documentário "30 Anos da Constituição" e trechos de entrevistas dos ex-presidentes José Sarney, Fernando Collor, Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva.

Endereço Eletrônico: https://www.youtube.com/watch?v=hv7U_yNZoGg

Descrição: A atividade desta aula está dividida em dois momentos. O primeiro envolve a exibição do documentário "30 Anos da Constituição", da TV Justiça, de 25 minutos, que mostrará o ambiente político da Assembleia Constituinte e a busca pelo consenso em disputas travadas por diversas visões. O segundo momento, que deverá ser iniciado imediatamente após a exibição do documentário, consistem em uma tarefa em grupo com a discussão de trechos de entrevistas de ex-presidentes da República sobre a Constituição de 1988. O principal objetivo é que o aluno faça uma conexão entre o documentário e os entraves destacados pelos ex-presidentes - evidenciando, assim, os

impactos diretos do texto constitucional em possíveis distorções do sistema político brasileiro.

Trecho 01: José Sarney

"[...] eu e todos os governantes seguintes fomos obrigados a elevar a carga fiscal para viabilizar a Constituição, que transferiu recursos aos estados e municípios sem delegar encargos. O Brasil parou nestes vinte anos e só agora recomeça a caminhar. Quem pagou? O povo. Até hoje o impasse criado pela Constituição está aí. Ela é o grande problema a resolver" (Sarney, 2008). Trecho extraído da tese de doutorado de Elias Medeiros Vieira (Vieira, 2013, pp. 79).

Trecho 02: Fernando Collor de Melo

"[...] o regime presidencialista, aliado ao modelo de nosso sistema eleitoral e partidário, gera o chamado "presidencialismo de coalizão" que, desde a redemocratização de 1946, carrega o estigma do fisiologismo político. Meu governo, por não aderir a tal prática, conviveu com todas as dificuldades e desvantagens advindas desse modelo" (Mello, 2008). Trecho extraído do site: <https://gilvanmelo.blogspot.com/2008/10/20-anos-de-constituo-7.html> (acessado em junho de 2019).

Trecho 03: Fernando Henrique Cardoso

"Em suma, dá para governar com a Constituição, mas suas virtudes democráticas, garantias dos inalienáveis direitos, e a consecução de seus ideais de justiça social requerem capacidade administrativa, bom senso e, sobretudo, coragem para, sem deixar de gabar o que há de bom no texto constitucional, continuar a modificá-lo para melhorá-lo: preço que pagamos por termos escolhido fazer uma Constituição tão detalhista, quanto principista" (FHC, 2008). Trecho extraído do site: http://gilvanmelo.blogspot.com/2008_10_02_archive.html (acessado em junho de 2019).

Trecho 04: Lula da Silva

"ela (a Constituição de 1988) pode ser considerada muito detalhista nos seus dispositivos e complicada na relação entre os Poderes, mas não há dúvidas de que, na essência, estabeleceu compromissos profundos e radicais com a democracia e os direitos individuais de todos os cidadãos" (Lula da Silva, 2008). Trecho extraído do site: <https://gilvanmelo.blogspot.com/2008/10/20-anos-de-constituo-4.html> (acessado em junho de 2019).

4) Recurso Didático: Documentário e trechos de entrevistas.

ATIVIDADE 03 (3ª. aula)

O Sistema Político Brasileiro: Presidencialismo de Coalizão

Anos após a promulgação da Constituição e da definição das escolhas institucionais, algumas abordagens teóricas sobre sistema político começaram a ganhar espaço na literatura. A maioria dos pensadores apontava que, no âmbito do sistema político brasileiro, os sistemas eleitoral e partidário criavam obstáculos à governabilidade

do presidente da República. O Brasil estabeleceu a combinação de três modelos eleitorais: o majoritário de dois turnos, para os cargos de presidente, governador e prefeito; o majoritário de turno único, para o cargo de senador; e proporcional com lista aberta, para os cargos de deputado e vereador. Pereira e Mueller (2003) introduzem na literatura e exploram um mecanismo que se transformou na marca do sistema político brasileiro: a barganha política – seja por distribuição de cargos ou recursos financeiros (lícitos e ilícitos). Eles defendem, portanto, que a combinação das restrições das regras internas do Congresso e dos poderes legislativos do presidente, por um lado, e das regras eleitorais e da barganha, por outro, são as forças decisivas para a formação da coalizão em torno do presidente.

A fragmentação partidária, nesse contexto, é uma consequência dos sistemas eleitoral e político importante na formação de maioria pelo Presidente. Por isso, nesta atividade, serão utilizados gráficos sobre a fragmentação partidária no decorrer do tempo e um trecho de um artigo sobre as dinâmicas do presidencialismo de coalizão.

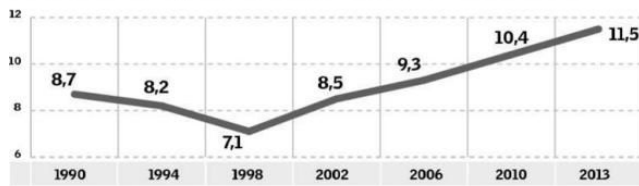
Método: Explicação sobre o Presidencialismo de Coalizão e utilização de gráficos e texto acadêmico.

Descrição: O professor deverá, primeiramente, introduzir a relação entre o sistema eleitoral e o sistema político, explicando as principais características dos três modelos de sistema eleitoral - o majoritário de dois turnos, para os cargos de presidente, governador e prefeito; o majoritário de turno único, para o cargo de senador; e proporcional com lista aberta, para os cargos de deputado e vereador - e suas consequências para a fragmentação partidária.

Em seguida, o seguinte gráfico deverá ser exposto para a análise e discussão dos alunos:

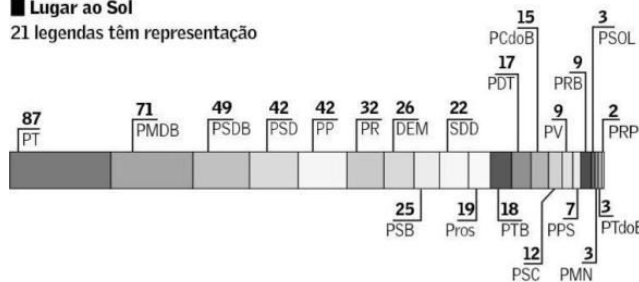
O recordista

Número efetivo de partidos na Câmara cresce 62% em 15 anos



Lugar ao Sol

21 legendas têm representação



Campeão mundial

Parlamento brasileiro é o mais fragmentado - em %

País	Ano	Nº efetivo de partidos
Brasil	2013	11,5
Bélgica	2010	8,42
Bósnia e Herzegovina	2010	7,67
Israel	2013	7,28
Finlândia	2011	5,83
Holanda	2012	5,7
Chile	2009	5,64
Dinamarca	2011	5,61
Suíça	2011	5,57
Índia	2009	5,01
Suécia	2010	4,54
Áustria	2008	4,24
Noruega	2009	4,07
Alemanha	2009	3,97
Itália	2013	3,47
Nova Zelândia	2011	2,98
Portugal	2011	2,93
Austrália	2010	2,92
França	2012	2,83
Rússia	2011	2,8
Uruguai	2009	2,65
Espanha	2011	2,6
Reino Unido	2010	2,57
Canadá	2011	2,41
EUA	2010	1,97
Venezuela	2010	1,97
Bolívia	2009	1,85

Fonte: Cebrap, Universidade de Dublin e elaboração do Valor.

Gráfico extraído do site:

<https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2014/01/06/fragmentacao-partidaria/> (acessado em junho de 2019)

A proposta é fomentar a discussão em torno do expressivo crescimento do número de partidos efetivos no Congresso Nacional. Em seguida, evidenciar que o Brasil possui a maior fragmentação partidária do mundo. Assim, é esperado que o debate fique em torno dos efeitos do sistema eleitoral sobre o número de partidos e, quanto maior for a

fragmentação partidária, maior será a dificuldade do Presidente formar uma coalizão governista.

Para concluir o tema e fazer um panorama geral do Presidencialismo de Coalizão, o seguinte texto de Sérgio Abranches, pensador que introduziu o termo “Presidencialismo de Coalizão” na literatura, deverá ser apresentado para a discussão em sala:

Trecho 01

“Apenas uma característica, associada à experiência brasileira, ressalta como uma singularidade: o Brasil é o único país que, além de combinar a proporcionalidade, o multipartidarismo e o "presidencialismo imperial", organiza o Executivo com base em grandes coalizões. A esse traço peculiar da institucionalidade concreta brasileira chamarei, à falta de melhor nome, "presidencialismo de coalizão" (Abranches, 1988, pp. 21).

Recursos: Gráficos e trecho de artigo acadêmico.

ATIVIDADE 04 (4ª. aula)

Avaliação: Analisando fatos históricos por manchetes de jornais

A avaliação de conhecimentos sobre as três atividades do tema “Presidencialismo de Coalizão” consistirá em debates e na elaboração de uma redação em grupo. O objeto de discussão será um conjunto de manchetes de jornais históricos sobre momentos de tensão do sistema político brasileiro.

Método: Debate, em grupo, sobre uma manchete de jornal específica. Cada grupo deverá elaborar uma redação com as suas principais conclusões.

Descrição: A sala deverá ser dividida em seis grupos de alunos. Cada grupo receberá uma imagem da capa de um jornal.

Imagem 01: Crise no Governo Collor

The image is a newspaper clipping from 'O Dia' dated June 11, 1990. At the top, there is a calendar for the week of June 11-17, 1990, with a 'VOTO DECLARADO DOS DEPUTADOS' (Voting declared by deputies) section showing 379 votes in favor and 35 against, with 89 abstentions. Below the calendar is a large headline: 'Collor faz loteamento do desespero' (Collor makes land division of despair). To the left of the main article is a sidebar titled 'AMANHÃ' (Tomorrow) with the sub-headline 'Controle o voto de seu deputado' (Control the vote of your deputy). The main article features a photograph of Collor and several columns of text. A small box on the right side of the article is titled 'CONTAGEM REGRESSIVA' (Countdown) and shows 'FALTAM 4' (4 left) for the impeachment vote. The article discusses the political maneuvering and the 'Diário Oficial' (Official Gazette) being filled with government-related news to distract from the impeachment process.

Imagem extraída do seguinte site:

<https://portalnoar.com.br/a-historia-se-repete-dilma-segue-roteiro-do-impeachment-de-collor/> (acessado em junho de 2019).

SEGUNDO MANDATO

FHC diz que demitirá ministro de partido infiel

COLUNA DO ESTADÃO

A nomeação de Andrea Matarazzo para a Secretaria de Comunicação do segundo mandato foi entendida por auxiliares próximos do presidente como um afago de Fernando Henrique Cardoso ao governador de São Paulo, Mário Covas. Ex-secretário de Energia de São Paulo, Matarazzo é um colaborador próximo de Covas e só deixou o Palácio dos Bandeirantes, em agosto, para comandar a campanha pela reeleição do presidente em São Paulo.

Sua nomeação para um gabinete dentro do Palácio do Planalto fortalece ainda mais o governador de São Paulo, apontado como a mais importante liderança do PSDB - após a morte de Sérgio Motta e o encerramento do período eleitoral. Amigos íntimos de Covas - que ainda se recupera de uma cirurgia para o retiro de um tumor maligno na bexiga - frisam que o governador não gosta de fazer indicações e não fez nenhuma desta vez. A indicação de Andrea Matarazzo, dizem, foi apenas uma lembrança do presidente, que também o tem em boa conta.



Continência

Novo secretário de Comunicação do governo, Andrea Matarazzo foi ontem ao Inicar agradecer ao governador Mário Covas pela nomeação. Não pôde falar com ele - que ainda se recupera de cirurgia na bexiga -, mas deixou um bilhete.

Para os tuacanos, o ministério anunciado pelo presidente ontem está dentro do esperado. E o PSDB não perdeu espaço; ao contrário, o partido manteve vitórias poderosas - Saúde e Educação - e ainda instalou um de seus principais eixos: as comunicações. Para quem argumenta que o PFL bateu seu recorde com cinco ministros, os políticos do PSDB são unânimes: "É daí, não ganharam nada de novo."

Articulação...
Que não se enganem os aliados do presidente que não queriam o resgate da pasta da Articulação Política. A não-criação da Secretaria de Governo e a negativa de Euclides Scalco, que assumiria o cargo, não significam que Fernando Henrique Cardoso não terá um articulador político forte em seu segundo governo.

Entre tuacanos
Ao contrário. Tal atribuição, apostam interlocutores próximos do presidente, será executada pelo deputado Pimenta da Veiga, do PSDB mineiro, nomeado ministro das Comunicações. E muito bem. Mais suave do que Sérgio Motta, dizem, Pimenta é um "trator político".

Cansaço
A figura do articulador, explicam colaboradores de Fernando Henrique, vai poupar o presidente da "canseria" provocada pelas negociações com o Congresso.

Ato falho
Ao anunciar a equipe do segundo mandato ontem, o presidente Fernando Henrique cometeu novo ato falho. Ditou o nome de todos os auxiliares, mas esqueceu-se de mencionar os ministros dos Transportes, Eliseu Padilha; do Trabalho, Francisco Dornelles; e da Previdência, Waldceir Ornelas.

Bilhetinhos e sopros
A confirmação veio por etapas. Um ajudante-de-ordens levou ao presidente um bilhete com o nome de Ornelas. O ministro da Previdência foi um dos últimos a ser confirmados no segundo mandato. Os outros dois ministros só foram confirmados diante da insistência dos jornalistas que assistiram à entrevista.

Ausência sentida e...
O ministro-chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, acompanhou o presidente Fernando Henrique à sala onde foi anunciado o novo Ministério. Até o professor Carlos Pacheco, coordenador do programa do segundo mandato, esteve lá. Eduardo Jorge Caldas Pereira foi a única ausência sentida entre os auxiliares mais próximos do presidente.

Consentida
Apontado como o responsável pelo vazamento do grampo no BNDES e o mais poderoso entre os auxiliares palacianos, o ex-secretário-geral não voltará ao governo. Continua esperando um pedido "irrecusável" para ficar. Mas o presidente não o fez.

Memória 1
Principal conselheiro do presidente para as decisões mais importantes, o ex-ministro Sérgio Motta, morto em abril, deixou um herdeiro. José Expedito Prata, ex-chefe de gabinete do ministro morto, foi um dos mais importantes colaboradores de Clóvis Carvalho no processo de montagem do segundo governo. Despachava com o chefe da Casa Civil no Planalto quatro dias da semana.

Memória 2
Coordenador da agenda do presidente durante a campanha da reeleição, Prata já recebeu diversas propostas para voltar ao governo. Ainda não decidiu qual aceitar, mas com certeza terá um gabinete na Esplanada dos Ministérios.

Perguntar não ofende
O novo Ministério satisfaz a base governista?

Após anúncio da equipe, presidente frisa que apoio a ajuste será "condicionante" para aliados manterem postos

TÂNIA MONTEIRO e MARIANGELA GALLUCCI
BRASÍLIA - O partido que não der votos votos para o governo no Congresso em medidas consideradas fundamentais, como o ajuste fiscal, terá os seus ministros demitidos. O aviso foi dado ontem pelo presidente Fernando Henrique Cardoso durante entrevista coletiva. Ele declarou-se cansado das insinuações que troca votos no Congresso por cargos políticos. "Não existe disposição de fazer nomeações para que se vote", disse. "O Brasil cansou desse estilo, e eu também cansei." Mas, se os partidos não forem fiéis, serão excluídos do governo. "Eu demito", garantiu o presidente.

O primeiro teste da nova disposição do presidente, de cobrar a lealdade de seus aliados, poderá ser a votação de uma nova medida provisória para reinstaurar a contribuição previdenciária para aposentados e pensionistas da União. A medida deverá ser rejeitada no próximo ano, segundo anunciou Fernando Henrique, com modificações. A primeira versão foi rejeitada pelo Congresso.

O presidente afirmou que seu segundo governo será como compromisso fundamental o ajuste fiscal. Será entregue aos ministros a missão de negociar com o Congresso. "O presidente ocupará a maior parte de seu tempo na gestão da coisa pública, na gestão econômica e na gestão das políticas especiais".

Fernando Henrique, que tem de-

Fernando Henrique joga para o Congresso responsabilidade pela queda do desemprego

BRASÍLIA - O presidente Fernando Henrique Cardoso jogou nas mãos do Congresso a responsabilidade pela recuperação dos índices de emprego no País. Ele disse que o desemprego poderá cair se os parlamentares aprovarem as reformas, a fim de que as taxas de juros possam ser diminuídas.

Fernando Henrique disse ser favorável à acolhida do PT pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). "Aqueles que fizeram uma série de críticas às alianças agora fazem alianças", afirmou. E acrescentou: "Ninguém é a favor do desemprego ou dos juros altos."

Ele ressaltou que, apesar da crise econômica, as vendas de Natal aparentemente foram as segundas maiores desde a adoção do Plano Real. "Este é um país surpreendente: durante muito tempo se pensou-se que seria um Natal terrível; de repente, as vendas ampliaram-se enormemente."

Fernando Henrique mostrou-se otimista com uma possível redu-

QUEM GANHA E QUEM PERDE

Ganham - O PSDB, que acabou mantendo o Ministério das Comunicações, indicando um parlamentar para o cargo (Pimenta da Veiga), sonho antigo da bancada tucana na Câmara. O partido também acabou levando na última hora o Ministério de Ciência e Tecnologia, que foi para o tucano Bresser Pereira, com a recusa do PFL em ocupar o espaço; o PMDB, que além de manter os três ministérios, acabou incorporando a parte de recursos hídricos, que antes pertencia ao Ministério do Meio Ambiente, do petelista Gustavo Krause. A área de recursos hídricos irá para a Secretaria de Políticas Regionais e posteriormente será transformada em ministério.

Fica na mesma - O PPB, que manteve o Ministério da Agricultura e Tropa e o Ministério da Indústria e do Comércio pelo de Trabalho e Emprego, que irá para Francisco Dornelles. O PPB passará a administrar um orçamento de até R\$ 9 bilhões em recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Perdem - O presidente Fernando Henrique, que teve de ceder a pressões fisiológicas dos cinco partidos aliados para manter a governabilidade. O PFL, que tinha a expectativa de ganhar até sete ministérios e ficou com cinco. Acabou perdendo a poderosa área de recursos hídricos para o PMDB. Também não ficou com o Ministério de Ciência e Tecnolo-

gia nem conseguiu criar o cobijado Ministério de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano, que iria movimentar R\$ 40 bilhões nos próximos quatro anos. Acabou levando um ministério fantasia (Esportes e Turismo) que substituiu outro ministério fantasia, o das Reformas Institucionais, que foi apelidado ironicamente de "Mirim". O PTB, que no início do primeiro governo tinha dois ministérios (Agricultura e Trabalho), perdeu um este ano e quase fica sem pasta no segundo mandato. Só depois de muita pressão é que o partido conseguiu manter Paulo Paiva no planejamento. Mesmo assim a pasta foi enfraquecida, ao ficar exclusivamente com a área de Orçamento e Gestão.

fendo a negociação com a oposição, disse que esse diálogo não se realizou por ele, mas pelos líderes dos partidos que apoiam o governo. Ele comentou a conversa que manteve com o presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo ele, as negociações são justificadas quando o assunto é de interesse nacional. "O povo apoiou o meu programa de governo, mas isso não quer dizer que não se possa corrigir o rumo aqui e ali."

PRIMEIRO TESTE SERÁ COM NOVA MP DOS INATIVOS

Regimento - O presidente questionou se o regimento interno da Câmara e do Senado, cujas normas tornam lenta a tramitação das propostas. Para ele, as mudanças no regimento só podem ser feitas na próxima legislatura, que será iniciada em fevereiro. Em seguida,

ele insistiu na necessidade de apólar os partidos às propostas do governo.

"Espero que os partidos realmente apoiem o governo - e o modo de apoiar é votar no Congresso, além de trabalhar no governo", reiterou o presidente. E alertou: "É óbvio que os ministros, que são ministros dos partidos, são responsáveis pelos resultados do governo no Congresso." O presidente disse que quem não estiver a favor do ajuste fiscal estará dificultando a baixa dos juros e o desenvolvimento do País, o principal objetivo do governo.

Fernando Henrique fez questão de elogiar a atuação dos parlamentares. "Difícilmente em algum outro período da história do Brasil o Presidente de uma Assembleia Legislativa importante como o meu governo", disse Fernando Henrique, acrescentando que hoje já existe uma consciência maior da necessidade de mudanças no País.

ASSEMBLÉIA

Cartórios podem aumentar preços em até 2.900%

Deputados aprovam projeto, que ainda pode ser vetado pelo governador Mário Covas

EDSON FERREIRA
Especialista para o Estadão

A Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou ontem o Projeto de Lei Estadual nº 485/98, que reajusta os preços dos serviços prestados por cartórios em até 2.900%. De acordo com a Corregedoria do Tribunal de Justiça, certidões sem valor declarado passariam de cerca de R\$ 14 para R\$ 406. Sob o título disfarçado de Isenção de Taxas para Serviços Odontológicos, o projeto foi aprovado com o apoio de toda a bancada governista. PT e PSB foram os únicos a votar contra o aumento das tarifas.

Parlamentares do PSB e do PT acreditam que agora só existe uma maneira de impedir a concretização do projeto. "A única solução é que o governador vote esse aborçudo", afirmou o deputado Luiz Carlos da Silva (PT), o Luízinho. A emenda sobre reajuste dos preços dos cartórios é de autoria do deputado Roque Barbieri (PTB).

Para Luízinho, existem itens "vergonhosos" na emenda de Barbieri. "A emenda modifica leis que não têm nada que ver com o projeto, que é sobre isenção de taxas para dentistas", disse. "Isso é crime." O deputado petista também considera que o assunto não é da competência do Legislativo.

A emenda segue agora para a apreciação do Executivo, que, em 15 dias, vetará ou sancionará o aumento. Entre outros reajustes constantes da emenda, está o da certidão de casamento. As pessoas que não quiserem casar nas dependências do cartório terão de desembolsar R\$ 400. O serviço custa, atualmente, cerca de R\$ 70.

Imagem extraída do seguinte site:

<https://conteudo.imguol.com.br/blogs/52/files/2015/05/Estado-24dez1998.jpg> (acessado em junho de 2019).

Imagem 05: Crise no Governo Temer

Desde 1921

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

ANO 97 • SEGUNDA-FEIRA, 22 DE MAIO DE 2017 • Nº 32.151

EDIÇÃO SP/DF • CONCLUÍDA ÀS 23H58 • R\$ 4,00

INDEX LAVA JATO

CELSO ROCHA DE BARRROS
Para comemorar um ano sem Dilma, Michel decidiu cair
Poder A11

VINICIUS MOTA
Presentear quem subornou a República agride a cidadania
Opinião A2

Governo enfrenta desafios em série para sobreviver
Poder A6

Para além do áudio, entenda o que pesa contra o presidente
Poder A14

AÉCIO NEVES
Fui vítima de uma armação criminosa
Fui vítima de criminosa armação. Mas isso não significa que eu não tenha errado. Diante da necessidade de dedicar-me à minha defesa, deixo de ocupar nesta **Folha** o espaço que, durante quase seis anos, ocupei semanalmente para discutir o país. **Tendências/Debates A3**

O senador Aécio Neves deixa de ser colunista da **Folha**

'Não renuncio; se quiserem, me derrubem', afirma Temer

Em entrevista à **Folha**, presidente diz ter sido ingênuo ao conversar com Joesley, dono da JBS

Enfrentando a crise mais grave de seu governo, o presidente Michel Temer (PMDB) diz que renunciar seria uma admissão de culpa e desafia seus opositores. "Se quiserem, me derrubem."

Em entrevista a Fábio Zanini, Daniela Lima e Mariana Dias, no Palácio da Alvorada, Temer afirma que, ao receber Joesley Batista fora da agenda em sua residência oficial, em março, não sabia que o empresário era alvo de investigações.

O dono da JBS, de forma escondida, gravou a conversa com o presidente e a utilizou para negociar um acordo de delação premiada.

"Eu tenho demonstrado com relativo sucesso que o que o empresário fez foi impedir uma conversa", diz.

Questionado sobre eventual culpa, Temer respondeu: "Ingenuidade. Fui ingênuo ao receber uma pessoa naquele momento".

Como a lei determina o registro do encontro na agenda, Temer reconhece que também falhou nesse ponto.

Sobre o ex-assessor Rodrigo Rocha Loures (hoje deputado federal pelo PMDB-PR), flagrado com uma mala de dinheiro, Temer diz que mantinha com ele "relação institucional". Sem aprovar a atitude do ex-auxiliar, o presidente defendeu seu caráter. "Ele é de boa índole."

Na entrevista, Temer ainda disse que o apoio do PSDB durará até 31/12/2018 e que vai revelar força política na "votação de matérias importantes". **Entrevista da 2ª Pág. A6**



Michel Temer em entrevista exclusiva à **Folha** no Palácio da Alvorada, neste domingo

Folha - O sr. acha que é moralmente defensável receber um empresário tarde da noite, fora da agenda, que estava sendo investigado?
Temer - Eu nem sabia que estava sendo investigado.
Folha - O sr. não sabia?
Temer - Não, no primeiro momento, não.

Imagem extraído do site: <http://portal.comunique-se.com.br/wp-content/uploads/2017/06/folha-temer.jpg> (acessado em junho de 2019).

Imagem 06: Crise no Governo Bolsonaro

Demingos de Oliveira: Crise e disparidade no cargo aos 32 anos

O GLOBO

ESCOLAS MILITARIZADAS, VOLVER
MODELO CRESCER NO PAÍS

BOLSONARO rebate Rodrigo Maia e amplia crise

Se Collor, presidente de uma à 14, fez parte da Proclamação e que a história corre Parlamento?

Letra Bolsonaro: "A qualidade é a qualidade de quem politice"

Bate direita governadores do presidente

Justiça Eleitoral: quem explica força tarefa



Imagem extraída do site:

https://encrypted-tbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcSsT_JIKVenams32q7gFpqXmIYG2HQ09Vzofpe47p20PWNbX2ByHQ (acessado em junho de 2019).

O objetivo é que os alunos façam uma reflexão sobre as imagens à luz das outras três atividades realizadas. Os grupos devem resgatar elementos do sistema político brasileiro que expliquem as crises noticiadas.

Recursos: Imagens - manchetes de jornais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sergio. (1988). “O presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro”. Dados, 31 (1), 1988, pp. 5-32.

ARANTES, Rogério B.; COUTO, Cláudio G. (2009) “Uma constituição incomum” In: CARVALHO, M.A.R; ARAUJO, C. e SIMÕES, J.A. A constituição de 1988. Passado e Futuro. São Paulo : Hucitec: Anpocs, 2009, p. 17-51.

FAST FOOD DA POLÍTICA. Jogos Clássicos. Disponível em:

<<http://fastfooddapolitica.com.br/projetos/baixenossosjogosclassicos/>> (Acessado em junho de 2019).

PEREIRA, Carlos; Bernardo MUELLER. (2003). “Partidos Fracos Na Arena Eleitoral E Partidos Fortes Na Arena Legislativa: A Conexão Eleitoral No Brasil.” Dados 46, no. 4 (2003): 735–71. 9

VIEIRA, Elias Medeiros. (2013). “Cultura política, capital social e cooperativismo: a reemergência da autogestão dos trabalhadores a partir da década de 1990”. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.